

Bairro Luz: Entre o Velho e o Novo

District of Luz: Between the Old and the New

Gilberto Pinto Cardoso Filho^{a*}

^aColégio Estadual Zacarias Antonio da Silva, SP, Brasil

*E-mail: filosofogilberto@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho pretende analisar o histórico do bairro Luz em São Paulo. Através de um olhar minucioso do início do bairro, podemos entender como se deu sua habitação pelos primeiros moradores da jovem São Paulo e como a ausência de cuidado do poder público ajudou para que os problemas atuais pudessem ser sedimentados. Saindo de um ambiente praticamente rural, o bairro Luz passou a ser urbano já no início do século XX, e foi considerado um dos mais elegantes da cidade na época. No entanto, sua exuberância arquitetônica chegou ao fim e o bairro passou a ser decadente e perigoso, como podemos ver na atualidade. Depois de um esclarecimento da formação territorial do bairro Luz e de como ele foi pouco a pouco sendo tomado pelas construções, voltamos nossos olhares para o projeto “Nova Luz” e seus audaciosos planos de transformar a região que atualmente se encontra degradada.

Palavras-chave: História. População. Desenvolvimento. Habitação e Urbanismo.

Abstract

This study aims to examine the history of the district of Luz in Sao Paulo. Through a detailed study on the beginning of the district, we can understand the early inhabitants of São Paulo and as the absence of government has settled the current problems. From a rural environment, the district became urban since the beginning of the twentieth century, considered one of the finest in the city at that time. However, its architectural exuberance ended and the district has become decadent and dangerous. After explaining the territorial formation of Luz, and how it was slowly being taken over by buildings, we turn our gaze to the project “Nova Luz” and its bold plans to transform the region, which is currently degraded.

Keywords: History. Population. Development. Housing and Urban.

1 Introdução

No presente trabalho buscaremos trazer à tona um breve histórico de formação da Luz chegando à sua configuração atual, o cenário onde se tem pretendido desenvolver o Projeto “Nova Luz”. Consideramos fundamental (re)visitar e (re)conhecer esse território para criarmos uma referência histórica e urbana de um lugar que se confunde com a própria história da cidade de São Paulo.

É possível que toda a experiência vivida hoje pelos moradores e frequentadores da Luz seja apenas um capítulo de nossa história urbana marcada por uma lógica excludente, que costuma dizer Raquel Rolnik (2009) que, ao produzir cidades, reproduz desigualdades.

Com o crescimento da cidade de São Paulo, principalmente nos anos seguintes à segunda metade do século XX, o centro da capital viu a sua população migrar para outras áreas da cidade. Os mais ricos buscavam se libertar do trânsito caótico da região central, somado com edifícios sem garagem, calçadas pouco atrativas, indivíduos que não abrem mão do transporte individual, sem contar com a poluição sonora e do ar que hoje atingiu índices insuportáveis. Os mais pobres, por sua vez, debandaram da região central em busca de terras

baratas nas periferias, único lugar possível para se construir sem fiscalização dos órgãos competentes, muitas vezes, até com a sua conivência e apoio, condição indispensável para o modelo da autoconstrução que se difundiu em larga escala por toda a periferia da grande São Paulo.

O percurso da primazia urbana foi do Centro para a Paulista nos anos 1960-1970, e para a Faria Lima e a Berrini-Marginal do Pinheiros em tempos mais recentes. Não cabe detalhar os processos que estiveram na raiz dos deslocamentos socioeconômicos e urbanos para estas regiões. Basta mencionar a saída das camadas de renda média e alta fundamentalmente para o Vetor Sudoeste da cidade, que recebeu vultosos investimentos públicos como alargamento de avenidas, construção de pontes e viadutos, linha de metrô, além de novas formas de consumo, em especial shopping centers (KOWARICK, 2009, p.106).

A partir da saída das classes mais abastadas da região central da cidade, e com a busca de terras mais baratas e distantes do centro por parte dos mais pobres, na região central da capital formou-se um vazio populacional que só não foi por completo porque as classes muito pobres encontraram, nos edifícios desabitados, um lugar de aluguel barato, ou de ocupação por movimentos de luta por moradia.

As classes mais abastadas não desejavam morar na região central e os mais pobres só encontraram nas periferias

um lugar financeiramente acessível para se adquirir um lote, portanto o surgimento de vagas nos edifícios centrais proporcionou condição favorável para instalação e retorno de uma parcela menos favorecida para a região central. Com este retorno, os mais pobres se encontravam mais próximos do local de trabalho, ou com melhor acessibilidade para outras regiões, o que era inexistente nas periferias. O preço de morar no centro, no entanto, é a moradia depreciativa e muitas vezes subumana.

[...] A população diminui, muitos edifícios residenciais e de serviços ficam parcial ou totalmente desocupados, e a atividade econômica muda de perfil com a saída dos grupos abastados e com uma maior presença das camadas pobres (KOWARICK, 2009, p.106).

Contudo, é importante lembrar que mesmo sofrendo um processo de deslocamento populacional grande, a região central ainda possui moradores, mesmo das classes abastadas, como por exemplo, moradores que podem pagar um milhão de reais em um apartamento de quatro dormitórios no Edifício Copan, na Avenida Ipiranga. A mudança de moradores na região central não pode ser vista como uma degradação, pois isto seria elitizar a discussão de urbanidade por afirmar que só onde mora rico é bom e onde os mais pobres predominam é ruim. Apesar de se observar, na prática, que os bairros ou áreas centrais com maior incidência de pobres sejam esteticamente desagradáveis, isto não se deve associar à pobreza dos moradores, mas à ausência de políticas públicas para estas regiões que, predominantemente na cidade de São Paulo, sempre preferiram dispendar maiores recursos para os bairros mais abastados da cidade.

2 Desenvolvimento

O que hoje é conhecido como Bairro da Luz, anteriormente era denominado Campo do Guaré, o que em língua indígena significa: "Matas em terras alagadas". Este nome vem do fato da região ficar alagada com as cheias dos rios Tamandateí e Tietê.

Em 1583, os Campos do Guaré foram doados ao senhor Domingos Luiz, conhecido como "o Carveiro", que mandou erguer uma Igreja à sua Santa de devoção, Nossa Senhora da Luz, o que posteriormente determinaria o nome do Bairro. Durante muitos anos, a região foi dominada por fazendas e pastagens em seus campos alagados, que pouco a pouco foram sendo aterrados para servir a população da jovem São Paulo que já dava sinais de crescimento.

O bairro da Luz era importante para a cidade de São Paulo, um ponto estratégico para as bandeiras e comércio em geral, sendo uma região cortada pelos dois principais rios da cidade, que proporcionaram um enriquecedor comércio na região, e importante lugar de descanso para os viajantes que usavam o bairro como lugar de parada.

Em função das cheias constantes do rio Tietê, iniciou-se a maior obra de engenharia que a cidade de São Paulo já tinha vivenciado: o aterro de Santana. Este seria de fundamental importância no desejo de conter as águas das cheias dos rios

Tamandateí e Tietê, além de proporcionar melhores caminhos aos paulistanos e todos os outros que passavam pela, ainda, pequena São Paulo.

O afã povoador criaria dificuldades. Tornara-se imperioso a essa continuidade o trabalho de ajeitar os caminhos, de recuperar a vasta área de inundação e de superar a caudal do Tietê. Teve começo, então, a maior obra de engenharia civil da São Paulo antiga – o aterro de Santana e a construção da Ponte Grande. Durante dois séculos, essas obras empenharam gentes, providências e recursos; foram transportados milhares de gabiões de terra para o levantamento do solo, tornando a área urbanizável, e gastou-se muita e preciosa madeira na construção da ponte, sempre refeita ou reparada (JORGE, 1988, p.11).

Dando continuidade às importantes construções que seriam executadas no bairro da Luz, em 1774, foi edificado o mosteiro da Luz, que só passaria a funcionar efetivamente em 1802, dirigido por frei Antonio de Sant'Anna Galvão. Ocupando uma grande propriedade e possuindo uma exuberante arquitetura em taipa de pilão, o mosteiro é composto por dois frontões, um voltado para o centro da capital e outro voltado para o caminho da Luz, atual Avenida Tiradentes. O mosteiro e a igreja de Nossa Senhora da Luz seriam, no século XVIII, os precursores das muitas edificações institucionais que o bairro receberia, e foram os primeiros do grande processo de urbanização que a Luz sofreria, mas só a partir do século XIX.

O ano de 1860 seria marcante para o Bairro da Luz e para todo o Brasil, pois, por iniciativa do Barão de Mauá, iniciou-se a construção da ferrovia "*The São Paulo Railway Company*", com sociedade de capital inglês, terminada em 1865. Esta importante estação ferroviária marcaria a história do Estado de São Paulo e do país inteiro. Construída para escoar a produção cafeeira do interior do Estado para o Porto de Santos, não demorou a se tornar um importante meio de transporte de passageiros, do interior para o litoral do Estado.

Levando a produção de café do interior para o litoral e transportando as pessoas, a estação da Luz fez com que o Bairro Luz deixasse de ser um simples campo de pastagem e passasse a ser a porta de entrada da cidade, onde milhares de pessoas andavam e se hospedavam. Alguns dos hotéis da época ainda podem ser vistos e utilizados, porém não mais com o glamour de outrora, pela decadência da região.

Motivado pela forte circulação das pessoas na estação, o comércio em seu entorno foi se desenvolvendo, seja de vestuário, alimentação e hospedagem, ou tudo que pudesse ser útil para os viajantes de diversas regiões do país e do mundo. Porém, pouco a pouco este comércio fervilhante foi diminuindo e se modificando, motivado pela decadência da estação, que foi perdendo espaço para as viagens rodoviárias favorecidas pelas rodovias e estradas, construídas, principalmente, nas décadas de 1960.

Com os diversos transeuntes atraídos pela estação da Luz, o Bairro foi se transformando em um lugar aprazível, bem diferente dos pântanos alagados recebidos pelo senhor Domingos Luiz. A prefeitura da capital contribuiu muito para o desenvolvimento do lugar. A Avenida Tiradentes era

uma belíssima avenida arborizada e bem diferente da que os habitantes de São Paulo estão acostumados a ver hoje.

O Jardim da Luz, aberto ao público como Jardim Botânico em 1825, foi um grande atrativo para os moradores da cidade de São Paulo e de todos os viajantes que passavam pela cidade. Moradores dos bairros vizinhos, como Campos Elíseos, onde os barões do café construíram seus palacetes, usavam o Jardim da Luz como lugar de lazer e de passeios agradáveis nos finais de semana ou de tardes quentes.

[...] nos anos de 1868 e 1869, o jardim passaria por uma série de reformas e melhoramentos ganhando um chafariz no centro da praça. No governo seguinte, o de João Teodoro, o jardim da Luz tornou-se o parque mais bem cuidado da cidade, ponto de grande frequência popular. Durante seu mandato, João Teodoro solucionou o crônico problema de abastecimento de água do parque e da alimentação de seu tanque central, que foi embelezado com estátuas representativas das quatro estações do ano (SIMÕES JÚNIOR; RIGHI, 2001, p.148).

Outro grande atrativo do Jardim da Luz foi o seu café. Este tipo de estabelecimento atraía as elites que se reuniam para tomar café e conversar sobre os diversos assuntos a respeito da política, arte e economia. Até 1911, foi o jardim da Luz o preferido das elites paulistanas, perdendo seu lugar com a construção do restaurante do Teatro Municipal, para onde foram transferidas as elites e a vida social da cidade.

Figura 1: Jardim da Luz e sua Fonte em formato de Cruz de Malta



Fonte: Arquivo pessoal

Dessa forma, o Bairro da Luz já foi considerado um dos mais charmosos da cidade de São Paulo. Com o auge da produção cafeeira, era o Parque da Luz o local preferido para passear, descansar, namorar e conversar entre o final do século XIX até a metade do século XX. Com o advento da industrialização, a Luz não perdeu seu charme e continuou proporcionando agradáveis domingos aos moradores da Capital paulista.

No entanto, devido à forte indústria da segunda metade do século XX e a mudança de hábitos dos moradores, o Parque e o Bairro da Luz passaram por mudanças ora nunca vistas. De charmoso e elegante ponto de encontro, passou a ser conhecido como local violento e de alta periculosidade. “No final dos anos 1920, a capital ganha o Parque da Água Branca, para onde é deslocada parte das atividades que aconteciam

no jardim da Luz. Era o início da decadência do jardim” (SIMÕES JÚNIOR; RIGHI, 2001, p.150).

Mesmo em aparente decadência e muitas vezes sendo visto como um lugar perigoso e cheio de pessoas envolvidas com práticas ilícitas, o Parque da Luz ainda representa a cidade, como ela realmente é e como as diversas administrações a vêm tratando. Ora com capricho e cheio de cuidados, mas, em outros momentos, com completo desdém. O Jardim da Luz, criado no ano de 1825, no então Brasil Império, é hoje o mais antigo parque da cidade de São Paulo. Atualmente possui cerca de 113 mil metros quadrados e teve seu início como Horto Botânico. Somente no final do século XIX foi transformado em Jardim Botânico e tornou-se o principal espaço de lazer da população paulistana. Depois de diversas reformas e décadas de abandono intercaladas com momentos de atenção, o Parque da Luz hoje é um marco da vida paulistana por retratar uma cidade e um bairro que passou por uma transformação sem precedentes em São Paulo.

Construído em taipa de pilão no século XIX, o Seminário Episcopal e colégio Arquidiocesano é uma das tantas edificações tombadas pelo Patrimônio Histórico Municipal. Por sua importância histórica, muito da construção antiga ainda é preservada, mesmo depois de diversas interferências sofridas, assim como nos aponta Simões Júnior e Righi (2001, p.150):

A construção foi alterada, por ocasião das remodelações estilísticas empreendidas em todos os edifícios públicos no início do século, transformando-a em estilo eclético...Na década de 1920, parte do seminário foi demolido para abertura da rua 25 de Janeiro. O Edifício subsiste até os dias atuais, abrigando lojas ligadas ao comércio da rua São Caetano, especializada em vestido de noiva.

O Seminário é um dos tantos prédios históricos do bairro da Luz e prova concreta das interferências negativas que as edificações do local foram sofrendo. Muito parecido com o processo que se desencadeou no Parque da Luz, os anos de 1920 foram degradantes para o Seminário, transformando um grande edifício em estilo colonial do século XIX em um prédio reduzido em estilo eclético mutilado pelo crescimento viário da cidade, desrespeitando qualquer importância arquitetônica histórica.

Figura 2: Seminário Episcopal na Av. Tiradentes em 1949



Fonte: < http://spantiga.folha.com.br/foto_7.html>

Ao lado do mosteiro da Luz, a igreja de São Cristóvão é um importante centro religioso da região, atraindo milhares de pessoas todo ano, principalmente no dia 25 de Julho, dia do padroeiro, onde centenas de motoristas buscam as bênçãos de Deus para se proteger do caos do trânsito e da Cidade.

O principal presídio da cidade de São Paulo foi construído entre os anos de 1837 e 1852, já sendo inaugurado com vários problemas por falta de verbas, como escreve Athayde Jorge (1988):

Entretanto, sobreviria falta de verbas o que não impediu que a Casa da Correção fosse inaugurada incompleta, a 7 de maio de 1852 no governo provincial de José Tomás Nabuco de Araujo. Seu primeiro diretor, Tomás de Menezes Vasconcelos Drumond, tomaria como providências iniciais a substituição das portas das celas por grades de ferro porque nas noites de calor era de se recear que os presos morressem asfixiados nas celas cuja as dimensões são muito estreitas, ademais de facilitar a inspeção (JORGE, 1988, p.73).

Com a Proclamação da República, a Casa de Correção passa a ser denominada Presídio Tiradentes e passa a receber opositores do governo, “[...] como os sindicalistas, em 1910, e o escritor José Bento Monteiro Lobato, em 1936, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional por críticas ao governo Vargas” (JORGE, 1988, p.75).

Depois de um longo período de funcionamento, em 1972 o prédio da casa de Correção foi demolido. Em 1977, no terreno de 5.400 metros quadrados foi construído o prédio do Banco Nossa Caixa e um teatro que é aproveitado pela Fundação Padre Anchieta para gravação de programas de televisão. Do antigo prédio, só restou o portal de entrada voltado para Avenida Tiradentes.

Inicialmente formado por chácaras e grandes propriedades rurais, o bairro da Luz, a exemplo de quase toda a cidade, teve suas ruas abertas por iniciativa dos proprietários dos imóveis e só depois das ruas já existirem é que a municipalidade as denominava, prestando a interesses de vereadores. Assim como escreve Jorge (1988, p.92):

Sem melhor critério de urbanização, foram-se abrindo ruas em terrenos dos moradores que somente ficavam no aguardo do referendo oficial para consignar-lhes uma denominação. Entretanto, essa iniciativa particular e arbitrária foi causa de não poucas demandas e redundou, de outra parte, na persistente solicitação de alinhamentos.

Somente no século XIX, com a demarcação do terreno que seria destinado ao horto Botânico, o poder público passou a despender maior atenção e empenho no que se refere a um melhor alinhamento das vias públicas, bem como um efetivo combate às enchentes que muito afetavam a região. Mas no governo de João Teodoro Xavier de Matos, o bairro da luz passa por uma revolução urbanística. Para Jorge (1988, p.83):

É consenso unânime entre os estudiosos da cidade que a Capital foi construída três vezes: taipa, tijolo e concreto. Uma dessas etapas, pertinentes ao urbanismo, testemunharia o tino empreendedor de João Teodoro Xavier de Matos que, ao abandonar a cátedra de Direito Criminal, começaria por remodelar a São Paulo provincial, a partir de 1872. estabeleceu a ligação entre as estações ferroviárias da Luz (São Paulo Railway) e a do Norte

(Estrada de ferro do Norte), rasgando rua que receberia o seu nome. Promoveu o saneamento das margens do Tamanduateí, com a tentativa de drená-las e de transformar os brejos existentes em jardins públicos. Idealizou a abertura de uma rua – futura Helvetia – colocando em contato o bairro dos Campos Elísios com os do Bom Retiro e da Luz.

Ao mesmo tempo em que a cidade crescia, as demandas por novos caminhos e novos loteamentos eram cada vez mais latentes. “A população paulista, que somava 31.000 habitantes em 1872 e ocupava o posto da décima primeira cidade brasileira, chegaria em 1886 a 47.696 habitantes”. Já no século XIX, “chegava à extraordinária marca de 239.934 habitantes. Portanto, em pouco mais de 25 anos, a população da cidade cresceu mais de 700%” (SIMÕES JÚNIOR; RIGHI, 2001, p.154).

O aumento populacional proporcionou o crescimento de loteamentos na cidade e o encortiçamento nas residências já existentes. De acordo com Simões Júnior e Righi (2001, p.154):

Para poder abrigar todo esse contingente populacional que se deslocara para a cidade – nessa época, 50% da população paulistana era constituída por imigrantes italianos – havia duas soluções: ou se promovia a expansão urbana em direção à periferia, loteando as chácaras que circundavam a cidade, ou se favorecia a superocupação das habitações, especialmente as que ficavam em bairros mais populares. Abrigando dessa maneira os trabalhadores urbanos, São Paulo conheceu uma nova maneira de se habitar mal: o cortiço.

Justamente por sofrer um grande crescimento populacional, a cidade de São Paulo obrigou-se a permitir o loteamento das chácaras vizinhas ao centro da capital, formando os atuais bairros de Santa Cecília, Vila Buarque, Campos Elíseos e Santa Ifigênia. Dentro deste crescimento urbano, o bairro da Luz foi favorecido, já que abrigava a mais importante estação ferroviária do país e o principal parque público. A proximidade dos Campos Elísios também motivou a permanência do bairro da Luz como um lugar elitizado e praticamente livre dos cortiços, pelo menos até 1930. Como escreve Simões Júnior e Righi (2001): “A época áurea do bairro da Luz foi o final do século XIX, prolongando-se até a década de 1930” (SIMÕES JÚNIOR; RIGHI, 2001, p.155).

Além das importantes edificações que existem no bairro Luz, outro fator que impediu o crescimento de cortiços na região foi o rigoroso código sanitário de 1886, que proibia a edificação de cortiços na região central. Mesmo sendo rigoroso, no entanto, outras regiões foram afetadas pelas residências populares ou encortiçadas, o que proporcionou ao bairro Luz um aspecto elitizado e que só seria modificado no final do século XX.

Embora o código de Posturas Sanitárias, de 1886, proibisse cortiços na área central e definisse regras de salubridade para as edificações, a população mais pobre morava em cortiços insalubres na área central ou em pequenas casas de aluguel. Casas operárias começavam a ser construídas, sobretudo no bairro da Brás, onde a ferrovia propiciava a instalação das primeiras indústrias. A elite, por sua vez, morava em casarões situados nos bairros nobres, como os Campos Elísios, lindeiro ao bairro da Luz, ou o bairro de Higienópolis (SOMEKH, 2001, p.59).

A chegada da energia elétrica possibilitou a instalação de bondes movidos à energia, o que fez a cidade crescer ainda mais. Diferente das antigas viagens por tração animal ou a pé, o bonde elétrico proporcionou o crescimento territorial de São Paulo e motivou os mais pobres a irem buscar terrenos mais baratos nas periferias da cidade. Uma vez encurtadas as distâncias pelas tecnologias do século XX, o que se pode observar é uma elitização cada vez maior do centro da cidade, ou pelo menos, do que se conhece como velho centro e adjacências.

No entanto, o encurtamento de caminhos pelo bonde elétrico não foi garantia de melhores condições de vida para a população mais pobre. O que se observou foi um maior adensamento da cidade, que passou de 200 mil habitantes para a marca de um milhão, já nas primeiras décadas do século XX. Porém, o planejamento urbano não acompanhou este crescimento, muito pelo contrário, foi marcadamente elitista e sanitarista.

O planejamento urbano desse período possuía características estético-sanitaristas. De um lado, as intervenções urbanísticas públicas ou privadas tratavam de embelezar a cidade, renovando alguns fragmentos urbanos segundo os moldes das transformações das metrópoles européias. Por outro, a disseminação de doenças provocadas pelas precárias condições de saneamento em conjunção com a alta concentração demográfica demandava ações de cunho sanitarista e higienista (SOMEKH, 2001, p.62).

Mesmo o bonde proporcionando o crescimento da cidade, ele ainda seria limitado ao atual velho centro, já que estava fortemente ligado ao avançar dos trilhos. Só o motor a diesel definiria, irreversivelmente, o avanço da cidade para além dos rios e de seu próprio território.

Prestes Maia seria o grande idealizador do plano urbanístico proposto em 1924, que compreendia cidade como um território sem limites físicos, ideia que agradou as autoridades, já que solucionava problemas crônicos da capital, como a falta de espaço para novas construções e o monopólio da Light, que era cada vez mais depreciada pela opinião pública.

Mesmo sendo idealizado em 1924, o plano de avenidas de Prestes Maia só seria posto em prática na década de 40, assim como escreve Rolnik (2001, p.33):

[...] configura-se na cidade a opção pelo modelo rodoviário do transporte sobre pneus. A implantação efetiva das avenidas propostas por Prestes Maia só ocorre quando este assume a prefeitura no início dos anos 40. Nove de Julho, 23 de Maio, Radial Leste: todas fazem parte do plano que acabou por definir, até os dias de hoje, a estrutura urbana básica da cidade. A associação entre construção de avenidas e canalização dos rios e córregos completa o novo modelo de circulação: os rios se confinam em canais ou galerias subterrâneas, sobre seus antigos leitos se implantam avenidas de fundo de vale. A avenida do Estado (sobre o rio Tamanduateí) [...].

No novo plano, aplicado a partir da década de 40, a cidade inaugura um novo modelo, voltado para a expulsão dos mais pobres para as regiões mais afastadas e os ricos habitando a região central. Esta realidade só mudaria com os novos

loteamentos na Avenida Paulista, Jardins e Morumbi. Os ricos desejosos por terras menos propícias a alagamento aderem aos novos loteamentos, deixando os mais pobres com os terrenos menos valorizados. A escolha por este modelo urbanístico foi se acentuando e segregando a população paulista, como pode ser constatado:

Do ponto de vista urbanístico, os anos 70 marcaram o deslocamento do centro de consumo das elites, da cidade do Centro Histórico em direção à avenida Paulista e Jardins. Até essa data, a São Paulo metropolitana contava com um único centro, feito de duas partes: o 'Centro Tradicional' (região do triângulo), constituído durante a primeira industrialização (1910-40), e o 'Centro Novo' (da praça Ramos à praça da república), que se desenvolveu no pós-guerra (1940-60). A vida cultural, econômica e política de todos os grupos sociais da metrópole compartilhava um espaço que abrigava simultaneamente a boca do lixo e do luxo, a sede das grandes empresas e uma multidão de vendedores ambulantes, engraxates, pastores e pregadores do fim dos tempos, magazines elegantes da rua Barão de Itapetininga, os apartamentos luxuosos da avenida São Luís e os chamados 'treme-treme' feitos de kitchenettes superpovoadas nas baixada do Glicério e na Bela Vista (ROLNIK, 2001, p.45).

2.1 O bairro da Luz hoje

No que se refere à arquitetura, o Bairro Luz pode ser considerado um dos mais importantes para a história da cidade. Além do mosteiro da Luz, onde atualmente está localizado o museu de Arte Sacra, o bairro ainda abriga a Pinacoteca do Estado, o Batalhão da Rota, a Sala São Paulo, que é uma das melhores salas de espetáculos do mundo, e a própria sede do DPH (Departamento do Patrimônio Histórico) em um belíssimo prédio de Ramos de Azevedo, agora restaurado, e a Estação da Luz em estilo inglês.

Já no final do século XIX, surgiram outros prédios como o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola Politécnica entre outros. Nesta somatória de elementos, edifícios desenhados por ilustres arquitetos, o mais velho Jardim Botânico da cidade, uma moderna estação de trem que ligava o litoral ao interior do Estado de São Paulo, hotéis que atendiam as diversas classes sociais, ruas e avenidas arborizadas, além de cafés e restaurantes para todos os bolsos, fizeram com que o Bairro da Luz fosse um centro de entretenimento, encontro e vida social durante muitos anos de sua história, cujo glamour foi aos poucos se deteriorando.

Se por um lado a beleza do Bairro foi influenciada por intervenções dos poderes públicos, foram estas mesmas intervenções que conduziram o bairro a decadência atual. A velha Estação não resistiu à concorrência dos bondes e, posteriormente, a dos automóveis, perdendo sua função inicial de transportar a produção cafeeira. Com a crise do café, a estação ferroviária passou a atender a periferia da cidade e de outras cidades vizinhas à capital, o que afugentou as elites que passaram a viajar menos de trem e mais de transporte rodoviário e depois aéreo. Devido ao maior fluxo de pessoas pobres na região da Estação, o comércio elitista foi sendo transferido para os bairros mais abastados da cidade, ficando na Luz apenas o comércio de baixa renda e hotéis de alta

rotatividade, que passaram a ser utilizados como pontos de trabalho dos profissionais do sexo ou usuários de drogas.

Como é possível averiguar no mapa ferroviário da capital, os trens e metrô atualmente servem para deslocar os habitantes das periferias para os seus locais de trabalho. Nesta realidade, a estação da Luz também serve como transporte de trabalhadores que se utilizam dos trens, para irem do centro da cidade para as cidades vizinhas, como Santo André ou Ribeirão Pires. Degradado e abandonado, o Parque da Luz, assim como o bairro de mesmo nome, atualmente não é mais frequentado pelas elites paulistas, com raras exceções àquelas que vão à Sala São Paulo e à Pinacoteca do Estado, mas que fazem questão de fugir da região assim que acaba a visita ou o espetáculo.

Decadente, para muitos até perigoso, o Parque e o bairro da Luz é visto como sujo, barulhento e infestado de tudo que possa ser depreciativo, a ponto de hoje ser conhecido como “Cracolândia”. É exatamente este Bairro que a lei 14.096 de 08 de dezembro de 2005 tenta revitalizar e transformar, através de um programa da Prefeitura Municipal de São Paulo denominado “Viva o Centro”, onde podemos especificamente encontrar o projeto Nova Luz. Neste projeto, a prefeitura prevê investimentos públicos e privados para transformar a região adjacente do Parque da Luz em um período de 10 anos, tentando assim, modificar o que hoje é visto com desprezo e descaso.

Segundo dados do IBGE, de 1980 a 2000, o Centro da capital foi a região que mais perdeu moradores. Segundo o próprio instituto, os moradores da região central migraram para outras cidades ou para as regiões periféricas da cidade. Como exemplo, podemos tomar o Bairro do Bom Retiro, que é vizinho ao Bairro da Luz, que em 1980 contava com 47.488 moradores, e no ano de 2000 foram contabilizados 26.571 moradores, ou seja, um decréscimo de 26,47. Estes dados comprovam a teoria de que o centro paulistano perdeu população para as demais áreas da cidade, consequência das especulações imobiliárias em outras regiões, ausência de políticas públicas para preservar o centro, e crescente criminalidade nas regiões centrais que afugentou moradores e eliminou a expectativa de chegada de novos habitantes.

Além da criminalidade, a exploração imobiliária em forma de cortiços, na região central, foi determinante para a degradação urbana. Segundo Eduardo Yázig (2006), citando uma pesquisa feita pela Fipe: “[...] em 1993, revelou que 6% da população de São Paulo habitavam cortiços, 20% dos quais (119.255 habitantes.) na região da Sé [...]” (YÁZIGI, 2006, p.225). É exatamente este tipo de moradia que encontramos em larga escala na região da Luz e que não difere de toda região central. Segundo dados da Prefeitura de São Paulo, na Capital existem 23.688 imóveis “encortiçados”, onde vivem 160.841 famílias (dado Fipe, 1993), sendo que na Subprefeitura da Sé são 1.288 cortiços onde vivem 15.102 famílias.

Escrever sobre o bairro da Luz é descrever uma das regiões mais acessíveis da cidade de São Paulo. A estação da

Luz permite aos passageiros do centro da capital dirigir-se à cidade de Rio Grande da Serra. E a estação Júlio Prestes, antiga Sorocabana, disponibiliza aos usuários irem até a cidade de Itapevi. Todo este sistema está interligado ao metrô, abrindo as opções de destino por toda a grande São Paulo, seja de trem, metrô ou ônibus sendo este último muito presente na Luz, pois o bairro é o ponto final de diversas linhas da capital e de cidades da grande São Paulo.

As avenidas são outra característica da região, que é cortada pela Avenida Tiradentes, que liga o Centro da Capital às Marginais do Rio Tietê, além das Avenidas do Estado e Prestes Maia, importantes corredores rodoviários da capital. Dessa forma, o bairro da Luz se constitui em um dos vetores de maior acessibilidade para os moradores de São Paulo. Porém, esta abundância de acessibilidade traz ao bairro um aspecto impessoal e muitas vezes segregador. Se as ruas e avenidas da região trouxeram e trazem prosperidade para o bairro da Luz em diferentes momentos históricos, estas mesmas avenidas são motivos de sua decadência e impedimento de morar no bairro que não privilegia o caminhar, mas, pelo contrário, motiva o transporte individual no lugar do coletivo.

O primeiro dos eixos a ser considerado surgiu como estrada de ligação do núcleo urbano inicial de São Paulo com os caminhos para Minas. Realçando a linha de inflexão que marca a transição topográfica entre o platô da Luz e a encosta da várzea do Tamandateí, assim serviu como “suporte” para a implantação de equipamentos da cidade colonial (convento) e da imperial (horto e cadeia). Convertida depois em bulevar (notáveis em termos dimensionais e paisagísticos), essa via interconectou (e assim propiciou a consolidação de) um conjunto de usos interessados às práticas institucionais, acadêmicas, culturais e religiosas da nova e da velha repúblicas (fazendo-se representar através de ‘arquitecturas’ de reconhecida qualidade, tais usos sucessivamente reafirmaram a importância do papel urbano atribuído a ela). Porém, reflexo e produto do modelo “rodoviariarista” do crescimento urbano e das desastrosas políticas setoriais que progressivamente foram conferindo hegemonia a esse modelo, a antiga avenida – Tiradentes é seu nome- resultou transformada em ‘via (não tão) expressa’: a última intervenção ocorrida, configurando amplas faixas de circulação, segregada em nível, acabou por determinar o completo impedimento de contato entre as partes que antes constituíam um só (coeso e reconhecível) conjunto urbano. Decorrência do “efeito-barreira”, a contínua depreciação física e ambiental das bordas imediatas da antiga avenida gera e alimenta um quadro de desordem e degradação cuja reversibilidade parece depender, sobretudo de alternativas que contemplem (mas não só) a minoração do ‘impacto’ viário. (SALES, 2001, p.3).

No entanto, a Avenida Tiradentes não é somente desolação e um impedimento para a revitalização do bairro da Luz. Como importante corredor rodoviário da capital, é preciso sofrer intervenções que contemplem sua importância e ao mesmo tempo devolva ao bairro, mesmo que em parte, a beleza urbanística do passado. Assim como nos aponta Sales (2001, p.4):

[...] deve-se notar que ao cruzar como via expressa a área da Luz, a avenida Tiradentes não só secciona e segrega em compartimentos estanques seus ‘dois lados’, mas, ao mesmo tempo, tendo em vista os impactos físicos e ambientais produzidos, também subtrai condições adequadas para utilização dos passeios laterais. Então,

diante da manifesta ‘impossibilidade do atual desenho da avenida, e independentemente da solução a ser adotada para a ‘dissolução’ do bloqueio ou do prazo que isto possa requerer, ‘emerge’ - como ‘questão’ de projeto do eixo Tiradentes – a possibilidade da criação (ou recuperação) de um sucedâneo à avenida. Embora não refira à capacidade de ‘resolver’ o problema da fragmentação urbana, e tampouco interesse à circulação motorizada, a ideia de um ‘duplo’ diz respeito sobretudo à ‘ampliação’ e ‘melhoria’ da relação centro-bairro.

Fazendo aflorar e consolidar um percurso pedestre já quase todo “impresso” no solo urbano, parece claro que tal alternativa deriva – ‘naturalmente’ apoiando-se nela – da confirmação e ampliação do papel que a Estação da Luz exerce. Seja como elemento polarizador (papel esse a ser corroborado pela expectativa da ‘transposição’ operacional das linhas e pela conseqüente ampliação da demanda). Seja como peça articuladora: o novo projeto de modernização funcional e de restauração arquitetônica da estação garante – embora de um modo, quem sabe, demais ‘conservador’ - o sistema e os dispositivos de transição entre os ‘dois lados’ da estação – por sobre e, no futuro, igualmente, por sob os trilhos.

O que se pode perceber é que se a Avenida Tiradentes e a própria estação da Luz são, por um lado, as personagens centrais da degradação do bairro, e por outro lado, os principais motores que incentivam a requalificação urbana da região, dando novos usos a aparelhos públicos antigos.

2.2 Moradores: velhos e novos - diversidade e desigualdade

No que se refere aos moradores, o Bairro da Luz, inicialmente formado por imigrantes portugueses, ao longo dos anos foi recebendo pessoas de várias regiões do mundo e do Brasil. É densamente habitado por imigrantes ou descendentes de imigrantes judeus, árabes, coreanos, chineses, sírios, italianos, portugueses e, recentemente, bolivianos, além de contar com uma grande população vinda das regiões norte e nordeste do Brasil, sendo estes últimos os que mais sofrem com as submoradias ou os chamados cortiços. É fundamental lembrar que mesmo sendo importante o processo migratório e imigratório, optamos por não aprofundar o assunto por acreditar ser este trabalho insuficiente e por compreender que seria desviado de seu foco principal, mas acreditamos que seja importante abordar este assunto em outros momentos ou em outro trabalho.

Como escreve Frúgoli Júnior (2000, p.58-59):

[...] o Centro passou a receber, gradativamente, um contingente cada vez maior de pessoas das classes populares, boa parte do qual composta por migrantes nordestinos que se encaminharam para São Paulo, sobretudo a partir dos anos 30, vindo a ocupar de forma crescente as áreas centrais da cidade. Muitos desses migrantes foram desenvolvendo atividades informais com estratégia básica de sobrevivência.

Atraídos pelo comércio, sírios, libaneses, árabes e judeus foram morar na região da Luz. Estes principalmente foram se estabelecer no bairro do Bom Retiro e Brás e se destacaram na venda de tecidos e na produção têxtil, atividade forte do Bairro até os dias atuais, e atrativo para milhares de pessoas que, semanalmente, lotam as ruas da região em busca de produtos com preços menores.

Com o passar dos anos, os imigrantes coreanos foram

criando concorrência e atualmente tem marcante presença nos comércios têxteis da região. Segundo notícias frequentes de jornais e revistas, imigrantes bolivianos e de outros países latinos atualmente também encontraram,, na região da Luz, um lugar propício para sua moradia, sendo que muitos são quase ou, porque não dizer, escravizados em oficinas têxteis.

Os nordestinos exercem um papel importante na região. É impossível andar pelas ruas do bairro sem se deparar com migrantes de várias regiões do nordeste do Brasil, muitos deles tendo como única opção de moradia os cortiços do bairro. Este tipo de habitação tem presença marcante na região da Luz, já que o bairro é rico em casarões do século XIX, prova física do seu áureo tempo, onde grandes casas abrigavam famílias ilustres, e hoje servem para abrigar não mais uma, mas várias, até mesmo vinte famílias.

Pode-se constatar uma população bem diversificada no Bairro, o que não poderia ser diferente, já que estamos escrevendo sobre uma região que, além de possuir uma das principais ferrovias do país é também transpassada por um importante rio (Tamanduateí), que foi marcante para o comércio de produtos e transporte de pessoas para a capital. Mas, além da diversidade na descendência das pessoas, observa-se a desigualdade social no que se refere à renda, uma vez que, segundo a Fundação Seade, no ano de 2000, 11,2% das famílias do Distrito Sé possuíam renda inferior a dois salários mínimos, enquanto que 25,04% ganhavam entre dois e cinco salários, 31,85% entre cinco e dez salários, 14,56% entre dez e quinze salários, 10,45% entre quinze e vinte e cinco salários e 7,09% ganhavam mais de vinte e cinco salários mínimos.

Segundo a Prefeitura de São Paulo, a cidade possui, hoje, 23.688 imóveis encortiçados, com 160.841 famílias, sendo que na subprefeitura Sé existem 1.288 imóveis encortiçados, onde vivem 15.102 famílias.

Quanto à moradia, o Distrito Sé também é bem diversificado, apresentando no ano de 2000, 7.748 domicílios, sendo 7.676 domicílios particulares permanentes e 54 domicílios coletivos. Do total de domicílios permanentes, 6.659 são apartamentos e apenas 514 são casas e 18 domicílios improvisados. Os habitantes, no entanto, estão concentrados em faixas etárias bem distribuídas; dos 349.823 habitantes, 34.259 têm de 0 até 9 anos, 27.463 de 10 até 17 anos, 41.220 de 18 até 24 anos, e 60.162 têm 60 anos ou mais, destacando-se os habitantes de 25 até 59 anos, que se somam 186.709.

Com os dados da fundação Seade no ano 2000, é possível afirmar que o bairro Luz é predominantemente povoado por uma população ainda em fase profissional madura, ou seja, dos 349.823 habitantes do Distrito Sé, 227.929 pertencem à faixa etária profissionalmente ativa que corresponde dos 18 aos 59 anos.

Nesse contexto marcante da diversidade, importa considerar a nova dinâmica presente nos distritos do Centro da cidade de São Paulo, lembrada por Kowarick em trabalho intitulado “Viver em risco”:

Nos distritos do Centro estão também concentrados boa parte dos 600 mil habitantes em cortiços, 10 mil ambulantes, 2 mil catadores de lixo, muitos com suas carroças realizando coleta seletiva e, ao mesmo tempo, engarrafando ainda mais o trânsito, cerca de 5 mil moradores de rua, número que deve ter diminuído após o assassinato de doze deles, por espancamento, em 2004, não obstante a existência de 800 guardas civis e 4.250 policiais militares alocados para as zonas centrais (KOWARICK, 2009, p.107).

Do ponto de vista econômico, a revitalização do centro da capital mostra-se muito importante, já que direciona para um novo aproveitamento de uma região que já dispõe de diversos serviços estruturais como cabeamento telefônico, rede de água e esgoto e linhas de ônibus e metrô. No entanto, esta revitalização não pode ser vista do ponto de vista econômico, uma vez que isto já vem sendo feito durante todos estes anos, o que tem levado a região à degradação. Somente quando a dimensão social for considerada intrínseca ao processo de revitalização e quando as pessoas forem mais importantes que os índices econômicos, a região central voltará a ser um local agradável e atraente para os cidadãos.

Por um lado, o que se assiste hoje é a indústria têxtil e o comércio de produtos populares sendo os grandes responsáveis por atrair os imigrantes de diversas nacionalidades que habitam o bairro. Por outro lado, o processo excludente de especulação imobiliária atraiu os moradores de baixo poder aquisitivo para cortiços e moradias precárias, cuja população se confunde com a própria história do local.

Importa ressaltar ainda que a degradação da região central não tem relação com a vinda dos mais pobres para as residências do centro. Pelo contrário, o que se pode notar é que com as intervenções estatais, principalmente nas décadas de 1960, as empresas e bancos, de forma concomitante, com a vinda dos novos moradores, foram buscar novos locais para exercício de suas funções.

O processo de crescente popularização do Centro, a partir de meados dos anos 60, foi concomitante ao início da evasão de empresas e bancos para outros subcentros, a deterioração de parte de seus equipamentos urbanos e ao declínio de seu valor imobiliário. Deve-se observar que se está frisando a concomitância de ambos os processos, não a determinação do primeiro sobre o segundo, a fim de se evitar o velho jargão ideológico que sustenta que é a presença maciça das classes populares a responsável pela deterioração de determinados espaços da cidade.

[...] Considero, antes de tudo, a lógica do desenvolvimento urbano rumo a outras regiões da cidade – fruto de decisões tanto do poder público, como da iniciativa privada – o principal fator de deterioração, o que gera queda na qualidade dos serviços públicos e das edificações das áreas abandonadas por tais investimentos FRÚGOLI JÚNIOR, 2000, p.61).

Em uma tentativa de se inverter a realidade detectada no centro da cidade, a prefeitura de São Paulo passou a aplicar projetos de revitalização da região da Luz, sendo que alguns empreendimentos imobiliários foram atraídos para o bairro. Em busca de terrenos mais baratos e de metragem adequadas para grandes empreendimentos, as construtoras encontraram, na Luz, local adequado para seus investimentos. A região ainda dispõe de grandes propriedades, como

galpões, estacionamentos, casarões usados como cortiços ou abandonados, que potencialmente se tornam atrativos para demolições e construções de apartamentos residenciais.

A Rua Vinte e Cinco de Janeiro é um grande exemplo de como o bairro está passando por transformações. Até 2004, existia apenas um prédio residencial de quatro andares. Em 2005, foi negociada com a Cúria Metropolitana de São Paulo, proprietária de grande parte dos galpões da rua, um terreno onde, se iniciou, no mesmo período, a construção de três prédios residenciais com trezentos apartamentos. Em 2009, no outro lado da rua foi entregue um prédio com cem apartamentos e um condomínio com duzentos e cinquenta apartamentos. Pode-se concluir que a Rua Vinte e Cinco de Janeiro, quase uma área comercial em 2004, saltou para residencial em 2009 com cerca de setecentos novos apartamentos.

Estes novos moradores foram atraídos por imóveis mais baratos, vendidos ainda na planta, e por uma acessibilidade sem igual em toda a cidade. Usando a própria Rua Vinte e Cinco de Janeiro como exemplo, um apartamento de dois dormitórios sem vaga de garagem, que era adquirido em 2006 por cerca de cinquenta mil reais, amplamente financiado pela Caixa Econômica Federal, foi vendido em 2008 por cento e vinte mil reais, ou seja, um aumento muito maior que em outras regiões da cidade.

Inicialmente, o projeto que se estava aplicando no centro da capital paulista era denominado de Revitalização do Centro. Este plano teve início na gestão da prefeita Marta Suplicy, que anunciava investimentos próximos a noventa milhões de reais entre os anos de 2001 e 2003. Este dinheiro seria gasto em restauro de prédios históricos importantes e na reformulação de praças e jardins da região central da cidade.

Além dos projetos de restauro e construção de praças, o projeto de revitalização da prefeita Marta deu início a outras providências como o Morar no Centro, que tinha o intuito de atrair e preservar moradores na região central da cidade de São Paulo. O programa Ação Centro dedicava-se a promover atividades com moradores de rua e a Operação Trabalho era destinada a trabalhadores ambulantes.

O projeto dessa administração do Partido dos Trabalhadores - PT previa um investimento de mais de cento e sessenta milhões de dólares, sendo um terço destinado à Ação Centro, ou seja, para que fosse aplicado em desenvolvimento humano e promoção dos mais pobres. Deste montante, mais de cem milhões de dólares seriam financiados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

O pedido de empréstimo ao BID foi enviado para o Senado pelo gabinete da presidência. Este empréstimo previa que os recursos seriam investidos no desenvolvimento social da centralidade da cidade de São Paulo, porém mesmo sendo esperado desde 2000, o dinheiro só foi liberado em junho de 2004, ou seja, no fim do mandato da prefeita Marta Suplicy.

Outro programa de requalificação da região central foi o Bolsa Aluguel, criado no final da gestão Marta e que proporcionava condições de aluguel às famílias carentes,

enquanto prédios da região central eram reformados com recursos da Caixa Econômica Federal, que na época havia fechado convênio com a prefeitura de São Paulo, para que posteriormente estas mesmas famílias pudessem morar nos prédios então reformados. Durante esse período, diversas desapropriações ocorreram no centro da capital, e as famílias foram incluídas neste programa enquanto aguardavam o restauro do prédio ocupado, que sendo finalizada a obra era devolvida às famílias anteriormente desalojadas.

Com o fim da gestão Marta Suplicy e posse do novo prefeito José Serra, os projetos de revitalização do centro foram alterados em sua essência. Ao tomar posse, o Bolsa Aluguel foi um dos primeiros programas a serem paralisados, e os prédios que estavam em processo de desapropriação aguardam ainda para serem requalificados, como é possível constatar em notícias de jornais da capital.

Na nova gestão a partir de 2005, o processo de revitalização da região central passou a ser caracterizado mais como um processo de higienização, bem diferente de sua proposta original. Exemplo desse processo pode ser constatado quando, logo no início dessa gestão, a Subprefeitura da Sé colocou grades embaixo dos viadutos para impedir o abrigo da população em situação de rua.

Em relação aos investimentos do projeto nessa gestão a partir de 2005, também pode ser observado o descaso do governo local em entrevista do defensor público Carlos Henrique Loureiro: “É uma vergonha verificar que desde a gestão PSDB-PFL assumiu, o investimento no setor habitacional tem caído ano após ano”¹.

Segundo o próprio orçamento da Secretaria de habitação: “[...] dos 389 milhões inicialmente estipulados para todos os projetos da pasta, fossem eles de interesse popular ou não, somente 208 milhões foram executados, o que representa em torno de 62,5% do investimento total”².

Uma vez tomada posse, o prefeito José Serra, como já foi lembrado, modificou o projeto de revitalização e suas ações no centro e principalmente na região da Luz, fruto de nossa pesquisa. A partir de novo nome, Nova Luz, iniciou-se um novo processo de revitalização do bairro. O projeto Nova Luz, busca requalificar 225 hectares entre as ruas Mauá, Avenida Duque de Caxias, Avenida Rio Branco e Avenida Cásper Líbero. O projeto prevê a desapropriação e demolição de prédios reconhecidos como irrecuperáveis.

Este projeto pretende ainda promover incentivos fiscais aos proprietários que investirem na região da Estação da Luz. Com um plano de duração de 10 anos, o projeto objetiva investimentos iniciais nas regiões que correspondem a Avenida Rio Branco, seguindo para Avenida Duque de Caxias, Rua Mauá, Avenida Cásper Líbero, Avenida Ipiranga

voltando ao ponto inicial que é a Avenida Rio Branco. Em um segundo momento, serão estendidos os incentivos às regiões que abrangem a Avenida Do Estado e o Bom Retiro.

A região que atualmente é estigmatizada como “Cracolândia”, terá investimentos públicos, dos quais muitos já foram aprovados e liberados pelos governos Federais, Estaduais, Municipais e empréstimos adquiridos pela prefeitura de São Paulo de instituições internacionais. Como não seria de se estranhar, os investimentos iniciais ficaram a cargo da iniciativa da prefeitura que, dando o primeiro passo, motivou a iniciativa privada a também investir na região.

A primeira fase prevê intervenções em 23 quadras. As desapropriações vão se restringir a imóveis irrecuperáveis e áreas destinadas a instalação de equipamentos públicos. As sedes da Subprefeitura e a Secretaria de Serviços, por exemplo, serão transferidas para uma nova área e o espaço que ocupam hoje dará lugar a um novo parque (SÃO PAULO, 2009).

Com um inventário minucioso da região, a Subprefeitura da Sé está cadastrando e qualificando prédio por prédio. Uma vez que o projeto, através de legislação já aprovada, determina que algumas áreas sejam declaradas de utilidade pública, significando que estas regiões podem sofrer processos de desapropriação e demolição dos prédios que forem considerados irrecuperáveis, é muito importante para o êxito da Nova Luz que toda a região seja catalogada e que seja confirmada a existência de edificações degradadas.

Mesmo prevendo a desapropriação e demolição de edificações, o Nova Luz também é ativo na preservação e restauro de bens materiais importantes para a história da capital e do país. Um grande exemplo no que se está fazendo na região, no sentido de resgate do valor histórico e cultural do centro, foi o restauro da fachada da Estação da Luz, concluída em 2004 pela Fundação Roberto Marinho, usando recursos da lei de incentivo a cultura.

O restauro começou em maio do ano passado e a inauguração da fachada marca a conclusão da primeira fase do projeto Estação da Luz da Língua Portuguesa, executado pela Fundação Roberto Marinho e pela Secretaria de Estado da Cultura em conjunto com outros dez parceiros. A expectativa é que a reforma do edifício esteja totalmente concluída apenas em 2005. Estão previstas ainda modificações na infra-estrutura interna da estação para que ela vire um espaço dedicado à preservação da Língua Portuguesa, com exposições, auditórios e uma biblioteca, entre outros equipamentos (NOVA fachada da luz, 2004).

Dentro das ações previstas pelo projeto de requalificação urbana que o centro da cidade vem passando de 2004 até nossos dias, a estação da Luz e seu restauro podem ser considerados os mais significativos.

Seguido pela inauguração da Sala São Paulo e depois pelos projetos de construção de edifícios residenciais, que praticamente alteraram o perfil de algumas ruas do bairro,

1 Entrevista concedida ao jornalista Rafael Sampaio do portal eletrônico Carta Maior. (http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13313&editoria_id=5).

2 Entrevista concedida ao jornalista Rafael Sampaio do portal eletrônico Carta Maior (http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13313&editoria_id=5).

nestes últimos, é importante lembrar que também foram incentivados pela iniciativa privada, mas com recursos financeiros do banco público Caixa Econômica Federal.

Atualmente, o projeto Nova Luz em plena execução, não a que é desejada, já executou diversas desapropriações e demolições na região da estação da Luz. Segundo dados da própria prefeitura de São Paulo:

Após 30 anos de descaso, foram realizadas quatro operações na ex-Cracolândia – março, abril, junho, novembro – reunindo uma força-tarefa que chegou a contar com 400 agentes do poder público

Resultados:

Hotéis – 162 vistorias, 37 lacrações e 98 notificações por falta de licença de funcionamento. Eram os principais locais de operações de traficantes e/ou usuários de drogas. No trabalho de manutenção das operações percebeu-se que a maioria continuava fechada, o que naturalmente é reflexo da menor movimentação do tráfico na área.

Bares – 179 vistorias, 21 lacrações, 125 notificações por falta de licença de funcionamento. O Psiu (Programa de Silêncio Urbano) teve 178 bares vistoriados, 34 notificações por estarem abertos, 9 multados e 2 interditados.

Ferros-Velhos ou Guarda-Volumes – Dos 19 fiscalizados nenhum possuía licença de funcionamento e 15 foram lacrados por falta de segurança no edifício. Outros locais tinham alimentos feitos sem a menor condição de higiene que eram distribuídos e vendidos na rua.

Empresas de turismo e transporte – 18 fiscalizações, 14 lacrações e 14 notificações por falta de licença de funcionamento. Na região funcionavam rodoviárias clandestinas que transportam até para o exterior, sem segurança para os usuários e sem qualquer autorização de operação. De 77 ônibus de turismo vistoriados, 17 foram apreendidos.

Ao longo das operações, a polícia abordou dez mil pessoas, encontrando 31 procurados, prendendo e registrando 132 crimes (Bos), incluindo porte de drogas, 14 furtos de água e 7 furtos de energia. Foram apreendidas 15 armas de fogo, 153 gramas e 56 pedras de crack, 406 gramas de maconha e 5176 Cds/DVDs piratas.

Todas as operações foram precedidas e acompanhadas pela ação social – secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social – que realiza abordagens antes das intervenções na região e durante as operações. Foram mais de duas mil abordagens com 643 encaminhamentos à rede de acolhida municipal (SÃO PAULO, 2000)

Desconsiderando o valor ideológico das operações e a crítica que se pode fazer a respeito de como se dão estas operações, a prefeitura apresenta dados relevantes, no que se refere à segurança pública. Segundo a própria prefeitura, as ações deflagradas no centro da cidade, principalmente na Luz, foram um sucesso, porém, ainda não se pode perceber as reais consequências dessas ações quanto à melhoria na segurança dos seus moradores.

Outro alvo de crítica é a forma usada pela atual gestão municipal para as tomadas de decisão. Diferente dos conselhos participativos que eram realizados no início do processo, a atual gestão prefere dialogar com empresários da região, em detrimento, por exemplo, dos moradores. Não que seja desnecessário consultar os empresários envolvidos, mas não se pode negar a importância de consultar também os moradores do lugar e seus frequentadores.

Dividido em duas fases, o projeto Nova Luz em sua

primeira fase pretende realizar:

Reuniões pontuais com empresários que tinham interesse no projeto e representantes de segmentos. Participação: segmentos de callcenter, de tecnologia de ponta, de produção de vídeo e empresas de serviço e da área da educação (SÃO PAULO, 2000).

No segundo momento, o projeto pretende:

Reuniões com construtoras que podem ter interesse em investir no projeto, são elas: Gafisa, Camargo Corrêa, Klabin Segall, Cyrella.

Reunião com a comunidade da Rua Santa Ifigênia, discussão do projeto para a comunidade local, entre moradores e empresários da região.

Reunião com a Associação Brasileira das Agências de Publicidade (ABAP). Participação de 20 agências.

Novo encontro com moradores da região (cerca de 300).

Reunião com diretoria do SECOVI, presidente do IAB (Instituto dos arquitetos do Brasil).

Reunião com empresários da região que poderão ter seus imóveis desapropriados. (SÃO PAULO, 2000).

A partir dos dados da prefeitura de São Paulo, se deseja demonstrar como, em uma troca de gestão, o projeto de Revitalização da Luz foi alterado, no que se refere ao sentido do projeto. Se em uma gestão as pessoas eram prioridade, na atual gestão existe uma indicação de modificação de rumo. O que os documentos oficiais deixam transparecer é que houve uma opção aos prédios no lugar das pessoas.

Kowarick (2009, p.120), ao retratar o processo de transformações no centro da cidade de São Paulo detecta:

[...] na Sé, os trombadinhas; e ao lado dos concertos da Sala São Paulo, na Júlio Prestes, a desumanidade da Cracolândia, agora mal controlada, pois os consumidores se espalham por pontos próximos. A erradicação deste local é uma grande bobagem política e social; revela um espírito higienista, segregador, que procura limpar a cidade de sua pobreza e que lembra as ações da polícia sanitária de 1910.

A partir das considerações de Kowarick (2009), pode-se perceber em qual direção se pretende encaminhar o Projeto de Revitalização e quais as influências ideológicas que o projeto possui. Através das ações do poder municipal e da forma que os dependentes químicos são tratados, já é possível ter uma pequena noção do que se pretende com o projeto “Nova Luz”.

Diante das tentativas de se afugentar os mais pobres, principalmente os dependentes químicos, imprime-se no projeto um espírito elitista e higienista, que vê a presença dos dependentes na região da Luz como fator depreciativo e não como problema de saúde pública, como um desafio que a municipalidade deve solucionar.

3 Conclusão

O presente artigo procurou, através de uma análise histórica, reconhecer o bairro da Luz e como ele pode ser construído, elitizado e degradado com o passar do tempo. Como podemos constatar, a problemática do bairro da Luz em São Paulo está longe de ser solucionada. Os investimentos públicos estão sendo feitos em lugares errados e a demora nas tomadas de decisões está colocando em risco o sucesso da revitalização do bairro. Quando os moradores são

questionados sobre a crença em ver o bairro transformado para a melhor, praticamente é unânime a resposta que isto não vai acontecer, pelo menos, não nos moldes que atualmente se pretende.

Os noticiários, constantemente, mostram a decadência do lugar e das pessoas que usam entorpecentes, quadro muito diferente do tempo em que o bairro foi conhecido como um lugar da elite paulistana, cheio de requinte e sofisticação. A Luz está longe de ser um lugar elitizado como no passado. Claro que não se deseja ver novamente a segregação econômica, que um dia a elite impôs ao parque e seus arredores. Mas também não se quer ver a segregação moral, que a droga impôs aos frequentadores, que hoje amedrontados, transitam no bairro da Luz.

A análise histórica serve para conhecermos a consolidação de um bairro e como a ausência de investimentos e de prioridades dos setores públicos desloca uma região de um tempo nobre e rico para uma decadência econômica e moral. Atualmente, a Luz não pode ser considerado um lugar aprazível para se morar ou frequentar, seja a trabalho ou a lazer. Por mais que o poder público invista em equipamentos públicos de lazer e cultura, falta, ainda, segurança e condições de tratamento para os milhares de dependentes químicos que tomaram conta das ruas do velho centro da capital de São Paulo.

Referências

- FRÚGOLI JÚNIOR, H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Edusp/Cortez, 2000.
- JORGE, C.A. *Luz notícias e reflexões*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1988.
- KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: 34, 2000.
- KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: 34, 2009.
- NOVA FACHADA DA LUZ É INAUGURADA E MARCA 450 ANOS DE SÃO PAULO. Folha Online. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u89070.shtml>> Acesso em: 6 nov. 2012.
- SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo. Parque Jardim da Luz, São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2008. Folder explicativo do Parque Jardim da Luz.
- SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo. *Nova Luz: vida nova*, São Paulo: PMS, 2009. Disponível em: <http://centrosp.prefeitura.sp.gov.br/projetos/>. Acesso em: 16 abr. 2012.
- SÃO PAULO. Prefeitura do Município de São Paulo. Programas: cortiços. 2009. Secretaria Municipal de Habitação: Programas Sociais. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/programas/index.php?p=3380>> Acesso em: 16 abr. 2012.
- ROLNIK, R. São Paulo. São Paulo: PubliFolha, 2001.
- ROLNIK, R. Lançamento do livro *Cidades e questões sociais*. São Paulo: Palestra proferida na UNICSUL, 2009.
- SALES, P.M.R. *Luz, São Paulo: as condições e possibilidades de um projeto urbano*. *Arquitextos*, v.2, n.18, 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.018/832>>. Acesso em: 16 abr. 2012.
- SÃO PAULO revitalização do centro e BID: BID e início do projeto de revitalização no governo Marta. CMI Brasil. 2005. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331959.shtml>> Acesso em: 02 fev. 2012.
- SIMÕES JÚNIOR, J.G.; RIGHI, R. O bairro da luz: das origens aos tempos atuais. In: DIAFÉRIA, L. *Um século de Luz*. São Paulo: Scipione, 2001, p.139-164.
- SOMECH, N. A luz da cidade: memória urbana e sociedade. In: SOMECH, N. *Um século de Luz*. São Paulo: Scipione, 2001. p.45-74.

